

**PROCESSO** - A.I. Nº 269094.0076/99-8  
**RECORRENTE** - SANDIP COMERCIAL DE CALÇADOS E VESTUÁRIOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE REVISTA – Acórdão 2ª Câmara nº 0301-12/02  
**ORIGEM** - INFAZ JEQUIÉ  
**INTERNET** - 21.02.03

## **CÂMARA SUPERIOR**

### **ACÓRDÃO CS Nº 0011-21/03**

**EMENTA:** ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. A apresentação de decisões paradigmas que possuam a mesma identidade jurídica com a Decisão Recorrida, constitui requisito indispensável para o conhecimento do Recurso. As decisões mencionadas pelo recorrente são imprestáveis para o exame da admissibilidade ante a ausência de demonstração do nexó e da identidade entre os casos confrontados. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Recurso de Revista interposto pelo Recorrente, por discordar da Decisão proferida pela Colenda 2ª Câmara deste CONSEF que NEGOU PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, mantendo, assim a Decisão de Primeira Instância, a qual por sua vez, manteve subsistência da Infração, após as devidas correções.

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto apurado através de Auditoria de Estoque relativo aos exercícios de 1994 e 1995, conforme demonstrativos e levantamentos às fls. 10 a 31 dos autos, além de multa de 2 vezes o valor da UPF-BA, pela falta de algumas notas fiscais, série C 1.

Desde o julgamento de Primeira Instância, foram afastadas as preliminares de nulidade, por descabidas. No mérito, ante as alegações de equívocos lançadas na peça de defesa, foram os autos submetidos à revisão fiscal da ASTEC para refazer o levantamento quantitativo de estoque, dentro das normas estabelecidas na Portaria nº 445/98, relevando os argumentos apresentados pelo recorrente e pelo autuante, apresentando demonstrativos e levantamentos necessários para o deslinde da questão. O Sr. Revisor Fiscal, através de levantamento na documentação apresentada pelo autuado, em confronto com os levantamentos de fls. 11 a 19 e 22 a 31, anexados pelo autuante, corrigiu o valor do Auto de Infração, reduzindo-o, do que foi dado vistas ao autuante e ao autuado, que não se manifestaram, demonstrando aceitação tácita, entendendo-se, com isso, que o contribuinte não foi prejudicado no seu direito de defesa.

Após a revisão efetuada, remanesceu apenas a infração 1 do Auto de Infração, referente a omissão de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoque, com as correções efetuadas pela ASTEC, nos moldes do Parecer nº 12/02, às fls. 199 a 204.

No tocante à multa aplicada pelo não atendimento à intimação para apresentação de algumas notas fiscais, não ficou comprovada a acusação fiscal, pelo que é a mesma insubsistente.

Acolhendo a revisão da ASTEC, a Eg. 2ª JF julgou o Auto de Infração Procedente em Parte. Dessa Decisão o contribuinte interpôs Recurso Voluntário que não foi provido.

Inconformado com a Decisão da Eg. 2ª Câmara, que manteve a Decisão de Primeira Instância, o recorrente interpõe o presente Recurso de Revista, citando como paradigmas duas decisões:

*Resolução nº 0782/96 – 2ª Câmara – Ementa:*

*Omissão de saídas apuradas através de levantamento quantitativo. ....O levantamento quantitativo foi elaborado tendo por base método inconsistente e em desacordo com a IN 310/90, sendo nulo de pleno direito. ....Decisão unânime.*

*Acórdão Nº 0360-11/02 – 1ª Câmara - Ementa:*

*Nulidade. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO VINCULADO. Trata-se de levantamento quantitativo onde a apuração efetuada por “gênero” de mercadoria não ficou justificada, o que contraria o disposto no art. 3º, inciso III, da Portaria nº 445/98. Decisão mantida. Recurso do Ofício. NÃO PROVIDO. Decisão unânime.*

Submetidos os Autos à apreciação da PROFAZ, esta em Parecer à fl. 296, diz que o art. 169, II, do RPAF determina como requisito de admissibilidade para o presente Recurso, além da existência de decisões divergentes entre Câmaras do CONSEF, que fique demonstrado pelo recorrente o nexo entre essas decisões e as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

“No caso em análise o que se pode ler nas ementas das resoluções trazidas é que embora sejam decisões proferidas em processo relativos a levantamento quantitativo de estoques, estes foram julgados nulos por haver irregularidades em seu procedimento, o que não ocorre no caso concreto, pois as nulidades suscitadas pelo recorrente são as mesmas desde o início de sua defesa e já foram sabiamente rechaçadas.”

Por outro lado, aduz, as resoluções na íntegra não são anexadas pelo recorrente, não fica demonstrado o nexo entre as decisões, pois seria impossível já que inexistente ligação entre esses julgamentos, inexistente, portanto, divergência nas posições adotadas pelo CONSEF.

Pelas razões expostas, opina pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso, por falta dos requisitos de admissibilidade.

## **VOTO**

O Recurso de Revista possui os requisitos comuns a qualquer Recurso (interesse, adequação, legitimidade, tempestividade) e um pressuposto de admissibilidade específico, cuja presença é imperativa.

Tal pressuposto reside na indicação precisa da Decisão divergente e a demonstração cabal do nexo lógico entre as decisões configuradoras da alegada divergência e das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Convém lembrar que a alínea “a”, do inciso II, do art. 169 do RPAF vigente, estabelece que o Recurso de Revista é cabível sempre que uma Decisão da Câmara divergir da interpretação da legislação feita anteriormente por outra Câmara ou pela Câmara. A análise dos requisitos de admissibilidade do Recurso interposto, demonstra falta de identidade entre a Decisão ora recorrida e a Decisão apresentada como paradigma.

No presente caso, o que se pode ler nas ementas das resoluções trazidas é que embora sejam decisões proferidas em processos relativos a levantamento quantitativo de estoques, estes foram julgados nulos por haver irregularidades em seu procedimento, o que não ocorre no caso em análise, pois as nulidades suscitadas pelo recorrente são as mesmas desde o início de sua defesa e já foram sabiamente rechaçadas.”

Face à ausência dos pressupostos de admissibilidade do Recurso, pelas razões apontadas, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso interposto, para manter a Decisão Recorrida

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso de Revista apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269094.0076/99-8**, lavrado contra **SANDIP COMERCIAL DE CALÇADOS E VESTUÁRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$43.173,12**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 61, IV, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REP. DA PROFZ